

DEBATE NÍVEL SUPERIOR PARA TÉCNICO - SINDSEMP-PE dia 24 de maio de 2025.

Anexos [DEBATE NÍVEL SUPERIOR PARA TÉCNICO - SINDSEMP-PE](#)

Registros da reunião [Transcrição](#) [Gravação](#)

Link da gravação: [Assista aqui](#)

**Colegas,**

Com o objetivo de subsidiar o debate e a deliberação da categoria na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) desta terça-feira, **27 de maio de 2025**, cuja pauta única será "**Nível Superior para Técnicos no Ministério Público de Pernambuco**", encaminhamos um resumo do evento realizado no último sábado, **24 de maio**, que contou com a participação de representantes de três sindicatos convidados e mediação do companheiro **David Cavalcante**.

Também disponibilizamos o **áudio completo** do encontro. As falas têm início a partir de **07 minutos e 44 segundos**, com encerramento por volta de **2 horas e 43 minutos** de gravação.

Reforçamos que **servidores ainda não filiados poderão se filiar até as 12h de amanhã (27/05)**, garantindo assim o direito de voto na AGE. No entanto, conforme estabelece o Estatuto do SINDSEMP-PE, **esses novos filiados não estarão aptos a votar na eleição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal**, uma vez que é exigido o mínimo de seis meses de filiação até a data da eleição.

Seguimos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Resumo

Ronaldo Sampaio iniciou um debate sobre a mudança do nível de escolaridade para técnicos dos Ministérios Públicos, visando ouvir experiências de outros sindicatos, com a participação de diversos representantes sindicais como Tony Távora e Gerson, mediados por Davi Cavalcante. Foram discutidos o histórico da discussão no Ceará e no judiciário federal, os desafios, a constitucionalidade da medida sem equivalência remuneratória e a importância da unidade da categoria para avançar na valorização dos servidores, conforme as experiências compartilhadas. A categoria do Ministério Público deliberará sobre o tema em Assembleia Geral Extraordinária.

Detalhes

- **Debate sobre Escolaridade** Ronaldo Sampaio iniciou um debate sobre a passagem da escolaridade de técnicos para nível superior, essencial para os servidores dos Ministérios Públicos. O objetivo foi ouvir a experiência de outros sindicatos e promover uma discussão equilibrada, com a presença de diversos representantes sindicais ([00:07:44](#)). Ronaldo Sampaio ressaltou a importância da unificação da classe trabalhadora contra a desestruturação do serviço público ([00:16:52](#)).
- **Compromisso da Gestão** Ronaldo Sampaio afirmou que o debate cumpre um compromisso da direção do Democratiza MT de discutir democraticamente a demanda da categoria sobre a mudança de escolaridade. Ele informou que os encaminhamentos seriam dados ao final do debate, esperando que as questões fossem esclarecidas. Ronaldo Sampaio enfatizou a necessidade de fortalecer todos os segmentos e construir soluções que valorizem os servidores públicos ([00:18:40](#)).

- **Valorização do Servidor Público** Ronaldo Sampaio destacou o serviço relevante prestado pelos servidores públicos, especialmente aos mais vulneráveis. Ele mencionou a luta contra a fragilização da força de trabalho, como o excesso de comissionados e a terceirização (00:20:30). Ronaldo Sampaio acredita que o debate sobre o nível superior para técnicos ocorre em um momento oportuno, diante das ameaças como a inteligência artificial e a reforma administrativa (00:22:07).
- **Qualificação dos Servidores** Ronaldo Sampaio elogiou a alta qualificação dos servidores do Ministério Público de Pernambuco, devido ao plano de cargos e carreira e ao estímulo à qualificação (00:22:07). Ele mencionou a importância da pauta do direito ao voto para o servidor e o debate sobre o adoecimento mental (00:23:34). Ronaldo Sampaio expressou o desejo de que o debate avance para a valorização da carreira, sendo o nível superior para técnicos fundamental nesse processo (00:25:01).
- **Mediação e Convidados** David Cavalcante, mediador do debate, agradeceu o convite e a presença de todos, destacando a importância da troca de experiências sobre a aquisição de direitos (00:26:45). Foram apresentados os convidados Gerson Souza, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e coordenador jurídico de entidades sindicais; Araken Ypiranga, analista do Tribunal de Contas de Pernambuco; e Tony Távora, do Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Ceará e ex-presidente da Associação Nacional de Servidores do Ministério Público de Estaduais (00:28:09).
- David Cavalcante ressaltou a vasta experiência dos presentes no movimento sindical e em questões de carreira (00:30:03).
- **Histórico e Direitos no Serviço Público** David Cavalcante fez um breve histórico sobre a aquisição de direitos dos servidores públicos no Brasil, com destaque para a Constituição Federal de 1988 (00:30:03). Ele mencionou a importância da unidade dos servidores para a conquista de direitos como ingresso por concurso, estabilidade, sindicalização e direito de greve (00:32:07). David Cavalcante alertou sobre as ameaças recentes aos direitos, como a reforma administrativa em discussão no Congresso Nacional (00:33:54).
- **Experiência do Ceará (Introdução)** David Cavalcante introduziu Tony Távora, do sindicato do Ceará, para compartilhar a experiência do debate sobre o nível superior para técnicos administrativos no Ministério Público daquele estado. Ele agradeceu a Tony Távora pela disposição em contribuir com o debate em Pernambuco (00:37:08). Tony Távora agradeceu o convite e mencionou sua experiência como técnico ministerial, o que lhe dá propriedade para debater o tema (00:38:46).
- **Responsabilidade do Dirigente Sindical (Visão de Tony Távora)** Tony Távora enfatizou a responsabilidade do dirigente sindical em ser um ponto de convergência diante da pluralidade de interesses da categoria (00:40:36). Ele relatou críticas que o sindicato recebe de diferentes segmentos e concursos (00:38:46). Tony Távora afirmou que, no Ceará, o sindicato nunca defendeu o nível superior com equivalência remuneratória para manter a coesão da categoria (00:42:07).
- **Posicionamento sobre Auxílio Alimentação (Visão de Tony Távora)** Tony Távora relatou uma situação recente sobre o aumento do auxílio alimentação na Defensoria Pública, gerando críticas ao sindicato por não buscar o mesmo para os servidores do Ministério Público (00:42:07). Ele explicou que a decisão da Defensoria foi uma alternativa à licença compensatória negada pelo governador, e que o sindicato tem responsabilidade em não invocar precedentes que possam ser prejudiciais, como a equiparação do auxílio entre membros e servidores (00:43:44).

- **Controle de Constitucionalidade (Visão de Tony Távora)** Tony Távora, com 10 anos de experiência na presidência da Ansemp, abordou o controle de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, trazendo uma visão política e técnica sobre o tema do nível superior. Ele admitiu que suas posições poderiam não agradar a todos, mas que falaria com base em sua consciência e experiência, sem ter sido influenciado pelo sindicato ([00:45:10](#)). Tony Távora mencionou a importância da honestidade intelectual, reconhecendo que o interesse pelo nível superior está ligado ao aumento salarial ([00:46:47](#)).
- **Histórico da Discussão no Ceará (Visão de Tony Távora)** Tony Távora explicou como surgiu a discussão sobre o nível superior no Ceará durante a revisão do plano de cargos e carreira. Inicialmente, o sindicato hesitava em levantar essa pauta para evitar a divisão da categoria ([00:48:35](#)). A proposta inicial visava diminuir a grande discrepância salarial de 61% entre técnicos e analistas, unificando referências e buscando um ganho real para os novos ingressantes, sem impacto para quem já estava na carreira ([00:49:52](#)).
- **Decisão do Órgão Especial (Visão de Tony Távora)** Tony Távora relatou que a proposta de alteração salarial chegou ao Órgão Especial, onde a relatora considerou a medida inconstitucional por possível equiparação de carreiras. O processo foi retirado de pauta para que o Procurador-Geral se manifestasse sobre a constitucionalidade à luz da jurisprudência do Supremo, que veda a equiparação remuneratória entre carreiras distintas ([00:53:07](#)). A assessoria do Procurador-Geral analisou o caso, considerando um precedente do judiciário federal ([00:54:37](#)).
- **Manifestação do Procurador-Geral (Visão de Tony Távora)** O Procurador-Geral do Ceará se manifestou pela constitucionalidade do anteprojeto de lei, argumentando que não houve mudança no requisito de investidura, equiparação remuneratória ou esvaziamento da carreira de nível superior ([00:54:37](#)). Tony Távora citou um caso do Rio Grande do Norte onde houve equiparação remuneratória sem questionamento, mas ressaltou que a jurisprudência do Supremo é clara quanto à vedação da equivalência remuneratória e do esvaziamento de atribuições entre carreiras. Ele expressou seu desacordo com algumas posições do Supremo, mas reconheceu a autoridade da instituição ([00:56:25](#)).
- **Responsabilidade e Consequências (Visão de Tony Távora)** Tony Távora destacou a importância da responsabilidade ao tratar do tema, mencionando a estabilidade concedida em 1988 sem concurso e as discussões sobre equivalência com servidores concursados ([00:57:47](#)). Ele alertou para as possíveis consequências negativas de uma proposta mal elaborada, como problemas com o Tribunal de Contas na homologação de aposentadorias ([00:59:32](#)). Tony Távora afirmou desconhecer a posição atual do sindicato de Pernambuco sobre o tema, defendendo uma abordagem cautelosa para evitar problemas futuros com o Supremo ([00:57:47](#)). Ele mencionou que o nível superior é compatível com a universalização do ensino ([00:59:32](#)).
- **Nível Superior para Técnicos** David Cavalcante iniciou a discussão sobre a necessidade de nível superior para cargos técnicos, considerando a evolução do conhecimento e a prática do mercado de trabalho. Ele apontou que, embora legítima, a mudança sem equivalência remuneratória e de atribuições pode ser inconstitucional ([01:01:10](#)). Cavalcante mencionou o caso do Tribunal de Justiça, onde existem duas categorias de oficiais de justiça com a mesma função, mas diferentes níveis e remunerações devido a exigências constitucionais ([01:03:13](#)).
- **Debate Plural e Papel do Sindicato** David Cavalcante destacou o compromisso do sindicato em promover um debate plural para subsidiar a decisão da categoria em assembleia. Ele enfatizou a importância de respeitar diversas visões e opiniões, visando fortalecer o voto da categoria. David também agradeceu as contribuições de Tony e anunciou a participação de Gerson, que traria a experiência do judiciário federal ([01:05:02](#)).

- **Experiência do Judiciário Federal e Luta Contra a PEC 32** Gerson Sousa agradeceu o convite e saudou os presentes, mencionando a união entre SINDSEMP-PE e SINTRAJUF-PE em Pernambuco. Ele lembrou da luta conjunta contra a PEC 32, que considerou lesiva ao serviço público, especialmente aos técnicos (01:06:39). Gerson parabenizou o SINDSEMP-PE pelo esforço em abrir espaço para o debate da categoria, valorizando o sindicato como instrumento para construir uma posição coletiva e democrática (01:08:21).
- **Trajatória da Discussão do NS e Desafios** Gerson compartilhou a longa trajetória da discussão sobre o nível superior na categoria do judiciário federal, intensificada a partir de 2010 (01:11:16). Ele mencionou a dificuldade histórica de superar debates inflacionários para focar em questões de carreira. Gerson relatou que um plano de carreira abrangente de 2009, que incluía a alteração do requisito de escolaridade, não avançou devido à falta de democratização administrativa no judiciário (01:12:33).
- **Greve de 2015 e a Questão do NS** Gerson descreveu o contexto da greve de 2015, marcada por um debate inflacionário e uma crise política, onde a pauta do nível superior ganhou destaque (01:15:19). Ele relatou que, apesar da preocupação inicial em negociar o fim da greve, a base em Pernambuco priorizou o debate sobre o nível superior (01:16:58). Gerson mencionou a atuação da FENAJUF ao buscar uma alternativa legislativa através de uma emenda a um projeto simbólico do TJDFD (01:18:04).
- **Fundamentação da Mudança e Ações Judiciais** Gerson explicou a fundamentação da emenda que alterou o requisito de escolaridade, baseada no princípio da realidade sobre a formalidade e no acesso crescente ao ensino superior (01:19:18). Ele mencionou as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) movidas contra a lei, incluindo uma da PGR, que foram rejeitadas. Gerson afirmou que hoje o nível superior é lei no judiciário, com concursos já realizados e servidores empossados (01:21:45).
- **Plano de Carreira e Unidade da Categoria** Gerson esclareceu que a mudança para nível superior não alterou o cargo, as atribuições ou o salário dos técnicos. Ele informou que o foco atual é o plano de carreira, que busca reestruturar a categoria, valorizar o analista judiciário e unificar a categoria em sua diversidade (01:23:07). Gerson alertou para as tentativas de fragmentação da categoria e reforçou o papel do sindicato como espaço de unidade e síntese (01:24:13).
- **Falta de Democratização no Judiciário** Gerson apontou a falta de democratização interna como o principal problema das categorias, especialmente a ausência de um espaço negocial e de negociação coletiva no judiciário. Ele criticou a atuação do CNJ e a auto concessão de benefícios pelos magistrados, que consomem grande parte do orçamento (01:26:39). Gerson concluiu que a disputa da categoria está fora, e que a unidade e o debate democrático são essenciais para avançar (01:27:56).
- **Experiência do Tribunal de Contas e Efetividade do Serviço Público** Araken, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, agradeceu o convite e mencionou a similaridade de experiências com o judiciário (01:30:42). Ele defendeu o concurso público como instrumento de defesa da pessoalidade e destacou a necessidade de efetividade do serviço público, que inclui bons resultados e modernização (01:32:07). Araken afirmou que alterações de requisito e atribuições são possíveis dentro de certos limites, visando atender às demandas da sociedade (01:33:43).
- **Conflitos e Busca pela Unidade na Requalificação** Araken relatou que a requalificação de cargos pode gerar conflitos e fissuras internas, com grupos reivindicando melhorias e outros temendo perder espaço (01:36:46). Ele enfatizou a importância da condução do processo buscando a unidade, mostrando como uma categoria mais qualificada beneficia o serviço público (01:38:16). Araken mencionou que o sindicato do Tribunal de Contas encampou a pauta do nível superior sob demanda da categoria, buscando equilibrar os interesses diversos (01:39:55).

- **Implementação do Nível Superior e Impacto nas Categorias** Thiago Andrade perguntou sobre a efetivação do nível superior nos órgãos e o impacto na valorização salarial e na coesão das categorias ([01:41:37](#)). Fernando Ribamar questionou como a mudança de escolaridade impactou a coesão ou divisão das categorias após a implementação ([01:43:02](#)). Tony Távora explicou que as ADIs não questionaram a inconstitucionalidade material ou formal da mudança do requisito de investidura ([01:48:51](#)).
- **Implementação no Ceará e Preocupações com Terceirização** Tony Távora detalhou a implementação do nível superior no Ministério Público do Ceará, com uma regra de transição para quem já estava na carreira, sem prejuízo salarial e com a extinção da gratificação por titulação como adicional ao requisito ([01:50:31](#)). Ele relatou que o impacto na categoria foi tranquilo, apesar de algumas resistências isoladas ([01:52:02](#)). Tony alertou para o perigo da terceirização e da criação de novas categorias mais frágeis, defendendo a unidade da categoria contra esses interesses ([01:53:58](#)).
- **Interesses por Trás da Fragmentação e Agradecimentos** Tony refletiu sobre os interesses do "patrão" (o Estado) na fragmentação da categoria, visando diminuir custos e enfraquecer a luta ([01:55:25](#)). Ele agradeceu o convite para o debate, mesmo reconhecendo que suas opiniões podem ser divergentes, e valorizou sua liberdade intelectual. Tony esclareceu sua origem no sertão central do Ceará, e não no Cariri ([01:57:08](#)).
- **Natureza Política do Debate e Instrumento Sindical** Gerson concordou com os riscos de debater um tema sensível e polarizador como a mudança de nível. Ele ressaltou a natureza política do debate como forma de formar opinião coletiva, mesmo com divergências ([01:58:27](#)). Gerson enfatizou que, independente da solução adotada, o sindicato é o instrumento necessário para dar encaminhamento às discussões e decisões da categoria. Ele observou que mesmo entidades criadas fora do sindicato acabam retornando para buscar articulação e incidir nas decisões sindicais ([01:59:50](#)).
- **Debate sobre Nível Superior** Gerson iniciou a discussão sobre a exigência de nível superior, esclarecendo que o debate deve ser baseado na realidade e nas diferentes experiências de cada órgão ([02:01:01](#)). Ele confirmou que o nível superior já é requisito no judiciário da União desde 2022 para ingresso, mas que o cargo e suas atribuições permanecem as mesmas ([02:02:01](#)). Gerson também abordou a questão salarial, diferenciando-a do debate sobre o requisito de escolaridade, e mencionou um projeto de reestruturação de carreira no judiciário da União ([02:03:03](#)).
- **Adicional de Qualificação e Realidades Distintas** Gerson Sousa mencionou a extinção do adicional de qualificação para quem possui graduação no judiciário da União, visto que agora é requisito de ingresso ([02:04:03](#)). Ele destacou a importância de considerar a realidade de cada tribunal e a possibilidade de acumular adicionais por múltiplas graduações, visando valorizar o conhecimento dos servidores ([02:05:14](#)). Gerson também relatou que planos de cargos no judiciário da União enfrentavam resistência de órgãos centrais, sendo a alteração do requisito uma forma de fortalecer a carreira ([02:06:18](#)).
- **Unidade da Categoria e Desafios Políticos** Gerson levantou a questão de se a unificação em torno do nível superior traria coesão ou divisão na categoria, reconhecendo que o debate segmentado pode ser mais fácil, mas a fragmentação enfraquece a luta geral ([02:07:18](#)) ([02:10:02](#)). Ele citou a experiência da FENAJUF, onde técnicos e analistas atuavam juntos em defesa de pautas comuns, mostrando a força da unidade ([02:08:40](#)). Gerson enfatizou que a fragmentação interessa a quem quer enfraquecer o serviço público e que a unidade é essencial para conquistas significativas ([02:11:10](#)) ([02:22:41](#)).
- **Caso Específico da Contabilidade** Ronaldo Fonseca Sampaio abordou a situação de um servidor da área de contabilidade cujo cargo de nível médio foi extinto por determinação do Conselho Federal de Contabilidade. Ele explicou que a exigência legal atual é de bacharelado em Ciências Contábeis para a profissão ([02:13:16](#)) ([02:24:25](#)). Ronaldo considerou a situação complexa, com uma possível ilegalidade por parte do Ministério Público em manter técnicos de contabilidade com nível médio ([02:25:56](#)). Ele ponderou que a aprovação do nível superior para o cargo seria uma forma de suprir essa questão legal ([02:28:38](#)).

- **Experiência do Tribunal de Contas de Pernambuco** Araken compartilhou a experiência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco na transição dos cargos de nível médio para nível superior. Ele relatou que existiam dois cargos de nível médio com atribuições distintas, mas próximas na área de auditoria ([02:15:59](#)). Araken informou que o tribunal alterou os nomes, requisitos e atribuições dos cargos, buscando fortalecer a efetividade e a remuneração ([02:17:33](#)). Ele mencionou que houve sobreposição de tabelas salariais, mas não equiparação total, e que todo o processo ocorreu sem questionamentos constitucionais ([02:19:14](#)).
- **Desafios e Conflitos na Implementação** Araken relatou que a implementação das mudanças no Tribunal de Contas de Pernambuco não foi pacífica e ainda enfrenta conflitos, com segmentos buscando interesses próprios. Ele destacou a importância do sindicato em buscar pautas comuns que incluam as especificidades, mantendo o equilíbrio e enfrentando os conflitos naturais ([02:20:59](#)). Araken concordou que a fragmentação não interessa à categoria e que a unidade é fundamental para conquistas maiores e para o fortalecimento do serviço público ([02:22:41](#)).
- **Assembleia e Próximos Passos** Ronaldo Fonseca Sampaio anunciou a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) na terça-feira para deliberar sobre a questão do nível superior para os técnicos do Ministério Público ([02:36:01](#)). Ele explicou que a votação será eletrônica pelo sistema CICAS, exclusiva para filiados, e ocorrerá de quarta para quinta-feira ([02:37:29](#)). Ronaldo ressaltou que a decisão da categoria será respeitada e, em caso de aprovação, será encaminhada ao Procurador-Geral ([02:39:02](#)). Ele informou que haverá espaço para debate e esclarecimentos na assembleia ([02:40:23](#)).
- **Agradecimentos e Chamado à Participação** Ronaldo Fonseca Sampaio agradeceu aos participantes do debate, tanto presenciais quanto remotos, e destacou a importância da participação de todos na assembleia para legitimar a decisão do sindicato. Ele reforçou o compromisso da direção em levar adiante a pauta do nível superior ([02:31:54](#)) ([02:34:36](#)). Davi também agradeceu e enfatizou que a unidade da categoria é o que fortalece o sindicato, incentivando a participação nos meios de consulta e nos eventos presenciais ([02:41:43](#)).